

Itamaraty não preparou 'lobby' para defender política externa

Da Sucursal de Brasília

Itamaraty não preparou qualquer grupo de pressão ("lobby") para atuar no Congresso constituuinte em defesa dos interesses do governo brasileiro na área externa. Mas reconhece que países estrangeiros poderão formar ou apoiar grupos lobistas para influenciar a redação das novas leis brasileiras, ou mesmo modificar a atual legislação nos pontos em que há conflito, como na Lei de Informática, caso as discussões no Congresso permitam. Esta ação lobista seria executada através das representações diplomáticas (embaixadas) situadas em Brasília.

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, 67, disse que o Itamaraty acompanhará a discussão do capítulo relativo à política exterior da nova Constituição, estando pronto para fornecer, em 48 horas, todos os subsídios e informações que sejam solicitadas pelos parlamentares. "Não se trata", segundo ele, "de uma proposta de capítulo, que o Itamaraty não tem e não fará".

"A política externa é eminentemente presidencial", afirmou Sodré, justificando a ausência do "lobby", enquanto a maioria dos demais ministérios se prepara para defender suas posições junto aos constituintes. Para o ministro, iniciativas neste sentido, no campo das relações exteriores, devem partir do Palácio do Planalto.

A Folha apurou que os grupos de estudo formados no Itamaraty para acompanhar a Constituinte já identificaram ao menos uma modificação que deverá ser introduzida no próximo texto constitucional: a maior participação do Legislativo na execução da política externa, até agora conduzida exclusivamente pelo Ministério das Relações Exteriores. Medidas como o reatamento com Cuba e a integração econômica com a Argentina e Uruguai passariam a depender de aprovação prévia do Congresso.

Quanto às alterações da política em curso, no entender do Itamaraty a nova Constituição se limitará aos

princípios básicos de organização institucional, não descendo a detalhes. Mas há o risco da aprovação de diretrizes incompatíveis com os tratados e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que passaria a ser inconstitucional.

Caso a Constituinte desça ao detalhamento setorial, a ação lobista ganhará total espaço para crescer. "É possível o surgimento de um 'lobby' pela mudança da Lei de Informática, como haverá 'lobby' para tudo, da política agrícola à previdência", opinou Sodré. O abrangimento da política de informática interessa especialmente aos Estados Unidos, que vêm pressionando também pela revisão das bases do comércio bilateral com o Brasil.

"Vamos apenas acompanhar a discussão dos assuntos de nosso interesse", disse o porta-voz da Embaixada norte-americana, William Barr. Segundo ele, os funcionários da Embaixada continuarão fazendo contatos com parlamentares, prestando e colhendo informações, "como os membros da embaixada brasileira em Washington fazem com os congressistas nos Estados Unidos".

O embaixador norte-americano, Harry Shlaudeman, será um dos noventa representantes diplomáticos que estarão presentes à instalação da Assembléia Nacional constituuinte, no domingo, assistindo das galerias do Congresso. O fato, que vem tendo grande repercussão internacional, envolve questões econômicas e políticas externas. Há vários: os países desenvolvidos gostariam, por exemplo, de ver eliminadas as restrições brasileiras quanto a importações, investimentos estrangeiros e remessa de lucros, em favor de empresas multinacionais. Os países africanos gostariam que o Brasil rompesse com a África do Sul, enquanto outros, incluindo organismos internacionais como a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), lutam pelo seu reconhecimento.